



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639194 - DF (2021/0005514-7)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : HELEN NASCIMENTO DA SILVA  
**ADVOGADO** : HELEN NASCIMENTO DA SILVA - DF041691  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS  
**PACIENTE** : ALESSANDRO GOMES BEZERRA (PRESO)  
**PACIENTE** : JOSE CICERO ALEXANDRE DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ALESSANDRO GOMES BEZERRA e JOSÉ CICERO ALEXANDRE DA SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (Recurso em Sentido Estrito n. 0000249-31.2018.8.07.0007).

Os pacientes foram pronunciados pela suposta prática dos crimes previstos no art. 121, § 2º, inciso I, e art. 211, ambos do CP, decisão que foi confirmada pelo Tribunal distrital no recurso em sentido estrito interposto pela defesa.

A impetrante sustenta que a sentença de pronúncia deveria ser anulada, haja vista que estaria baseada, exclusivamente, em prova indiciária.

Aduz que haveria excesso de prazo na prisão dos pacientes, considerando a data em que foram presos sem que tivesse sido realizado o julgamento pelo Tribunal do Júri.

Requer, liminarmente e no mérito, a anulação da sentença de pronúncia ou a expedição de alvará de soltura em favor dos pronunciados.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

As matérias de fundo não foram apreciadas no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente